



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPPG
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM COORDENAÇÃO
PEDAGÓGICA

NÚBIA CRISTINA SOUZA ARAÚJO

**INCLUSÃO ESCOLAR DOS DISCENTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS NA ESCOLA MUNICIPAL MARIA PAIVA ABREU/PINHEIRO-MA:
desafios e possibilidades**

São Luís

2016

NÚBIA CRISTINA SOUZA ARAÚJO

**INCLUSÃO ESCOLAR DOS DISCENTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS NA ESCOLA MUNICIPAL MARIA PAIVA ABREU/PINHEIRO-MA:
desafios e possibilidades**

Monografia apresentada para fins de conclusão do curso de Pós-graduação Lato Sensu de Coordenação Pedagógica do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Maranhão,

Orientador(a): Profa. Dra. Maria José dos Santos

São Luís

2016

Araújo, Núbia Cristina Souza

Inclusão escolar dos discentes com necessidades educacionais especiais na escola Municipal Maria Paiva Abreu / Pinheiro-MA: desafios e possibilidades / Núbia Cristina Souza Araújo. - São Luís, 2016.

xf.

Orientadora: Profa. Dra. Maria José dos Santos

Monografia (Curso de Pós-Graduação em Coordenação Pedagógica) – Universidade Federal do Maranhão, 2014.

1. Necessidades educacionais especiais – Inclusão 2. Coordenação pedagógica I. Título

NÚBIA CRISTINA SOUZA ARAÚJO

**INCLUSÃO ESCOLAR DOS DISCENTES COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS
ESPECIAIS NA ESCOLA MUNICIPAL MARIA PAIVA ABREU/PINHEIRO-
MA:desafios e possibilidades**

Monografia apresentada para fins de conclusão do curso de Pós-graduação Lato Sensu de Coordenação Pedagógica do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Maranhão,

Aprovado em: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dra. Maria José dos Santos
Orientadora

Prof^a.Edinólia Lima Portela
1^a Examinadora

Prof^a. Mirian de Fátima Sousa Rocha
2^a Examinadora

Dedico primeiramente a Deus por me dá força e animo nos momentos mais difíceis deste curso. As minhas filhas Danielma Esthefany Araújo, Danielle Cristina Araújo Moraes e ao meu marido Francinaldo Sousa Coqueiro pela paciência, compreensão e amor incondicional para que fosse possível chegar até o termino deste curso.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pai todo poderoso, por me dá mais uma oportunidade para a realização deste curso e por não me deixar desistir diante dos obstáculos, ter me dado forças para permanecer buscando conhecimento e me aperfeiçoando.

As minhas filhas Danielma Esthefany Araújo, Danielle Cristina Araújo Moraes e ao meu marido Francinaldo Sousa Coqueiro pela motivação.

Aos colegas de trabalho pela força e vibração na realização de mais uma jornada.

Aos mestres desta instituição que mim instruíram com tão precioso conhecimento.

A minha amiga Maria Nazaré Amorim, pela contribuição e coragem nos momentos difíceis deste curso.

Agradeço também à minha orientadora Maria José dos Santos pela dedicação, cuidado e incentivo.

“O universalismo que queremos hoje é aquele que tenha como ponto em comum a dignidade humana. A partir daí, surgem muitas diferenças que devem ser respeitadas. Temos direito de ser diferentes quando a igualdade nos descaracteriza.”

(Boaventura de Souza Santos)

RESUMO

Este trabalho tem como finalidade estudar o processo de Inclusão, em uma escola regular, no município de Pinheiro-MA, enfatizando a inclusão de crianças com Necessidades Educacionais Especiais. E discutir como o conceito de Inclusão foi sendo transformado ao longo dos anos, no Brasil, sob diferentes perspectivas e enfoques teóricos. Analisar mais profundamente esse assunto, faz-se necessário, pois, o processo de inclusão escolar tem como pressuposto a mobilização da sociedade para um novo olhar frente às diferenças humanas, elegendo-as como um valor a ser assumido por todos os profissionais da Educação. Nesse sentido o objetivo deste trabalho é compreender as dificuldades no processo de “inclusão escolar” em uma escola pública do município de Pinheiro e os entraves reconhecidos pelos professores, coordenadores e gestores para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental I. A Legislação garante a entrada e a estabilidade do aluno com Necessidades Educacionais Especiais no sistema regular de ensino, entretanto, ainda existem muitas dificuldades que impedem que as políticas de inclusão sejam verdadeiramente concretizadas, esse fato é um motivador para esta investigação. Abordamos a Declaração de Salamanca como marco importante na história da Educação Inclusiva no Brasil, pois aponta os princípios de inclusão baseado na aceitação das diferenças e especificidades educativas das crianças. A escola nessa perspectiva apresenta-se como agencia mediadora do saber, na garantia de práticas pedagógicas e apoio técnico dos profissionais da educação. Optou-se pela metodologia de cunho qualitativo e bibliográfica, tendo como abordagem o estudo de caso. Para fundamentarmos melhor o trabalho ora desenvolvido embasamos nossas reflexões em autores como: Zilma Ramos de Oliveira (2007), Aranha (1998), Jose G. S. Bueno (1999), Rosalba Garcia (2013), Maria Mantoan (2015), Mota (1996), Philippe Perrenoud (2015), Marcos Mazzota (1996), Winduz Ferreira (2005), entre outros. Para a coleta de dados foi utilizado como instrumento o questionário, sendo aplicado a 06 (seis) agentes educacionais -01(um) gestor e 05(cinco) professores. Entende-se que ao se falar em escolas inclusiva, tem que se falar do papel do coordenador e do professor, pois esses assumem papéis importantes no cenário da inclusão escolar, principalmente nas questões voltadas para o ensino e aprendizagem de alunos com necessidades especiais. No intuito de aproximar teoria e pratica, realizou-se a pesquisa de campo na Unidade Escolar Municipal Maria Paiva Abreu com professores e o gestor. Os resultados apontaram atitudes e questionamentos reflexivos e, um novo olhar sobre os alunos com necessidades educacionais especiais.

Palavras Chaves: Necessidades educacionais especiais; Inclusão; Coordenação Pedagógica.

ABSTRACT

This study aims to study the Inclusion process, in a regular school, in the municipality of Pinheiro-MA, emphasizing the inclusion of children with Special Educational Needs. And discuss how the concept of Inclusion has been transformed over the years, in Brazil, under different perspectives and theoretical approaches. To analyze this matter more deeply, it is necessary, therefore, the process of school inclusion has as a presupposition the mobilization of society to a new look at human differences, choosing them as a value to be assumed by all professionals in Education. In this sense, the objective of this work is to understand the difficulties in the process of "school inclusion" in a public school in the municipality of Pinheiro and the obstacles recognized by teachers, coordinators and managers for the inclusion of students with special educational needs in elementary education I. Legislation guarantees the entry and stability of the student with Special Educational Needs in the regular system of education, however, there are still many difficulties that prevent inclusion policies are truly fulfilled, this fact is a motivator for this research. We approach the Declaration of Salamanca as an important landmark in the history of Inclusive Education in Brazil, as it points to the principles of inclusion based on the acceptance of differences and educational specificities of children. The school in this perspective presents itself as mediator of knowledge, in guaranteeing pedagogical practices and technical support of education professionals. We chose a qualitative and bibliographic methodology, with a case study approach. In order to better base the work we have developed, we base our reflections on authors such as: Zilma Ramos de Oliveira (2007), Aranha (1998), Jose GS Bueno (1999), Rosalba Garcia (2013), Maria Mantoan , Philippe Perrenoud (2015), Marcos Mazzota (1996), Winduz Ferreira (2005), among others. For the data collection, the questionnaire was used as instrument, being applied to 06 (six) educational agents - 01 (one) manager and 05 (five) teachers. It is understood that when talking about inclusive schools, we have to talk about the role of the coordinator and the teacher, since they play important roles in the context of school inclusion, especially in the issues of teaching and learning of students with special needs. In order to approach theory and practice, field research was carried out at the Maria Paiva Abreu Municipal School Unit with teachers and the manager. The results pointed to reflective attitudes and questions, and a new look at students with special educational needs.

Key Words:special educational needs; Inclusion; pedagogical coordination.

LISTA DE SIGLAS

AE – Atendimento Especializado

APAE – Atendimento de Pais e Amigos Especializados

DUDH-- Declaração Universal dos Direitos Humano

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EHA - Education for All Handicapped Children Act

FAPE- Free Appropriate Public Education

IEP - Individualized Education Program

LDB -Lei de Diretrizes e Bases

LRE- LeastRestrictiveEnvironment

NEE – Necessidades Educacionais Especiais

ONGs – Organização não governamentais

PNE –Plano Nacional de Educação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	15
2.1 Um Breve Histórico da Educação Especial no Brasil.....	17
2.2 A Política Nacional para Educação Especial Legislação e Plano Nacional de Educação.....	23
3. O COORDENADOR PEDAGÓGICO E A INCLUSÃO ESCOLAR: algumas reflexões.....	27
3.1 Inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na escola: desafios a função do coordenador pedagógico	28
4. A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA MARIA PAIVA ABREU: desafios e possibilidades	31
4.1 HISTÓRICO – Escola: lugar de memória.....	32
4.2 O Papel do Professor e a Educação Inclusiva.....	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	42
REFERÊNCIAS.....	45
APÊNDICE.....	48

1.INTRODUÇÃO

Na atualidade deparamos com alguns desafios, tratando-se da educação do século XXI, dentre os quais, temos a integração e socialização de crianças com necessidades educacionais especiais (NEE).

As escolas, principalmente os coordenadores e os professores, precisam preparar-se para enfrentar os desafios impostos pela necessidade de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, nas salas de aula, juntamente com os pais que enfrentam a problemática com algum de seus filhos, e, os outros pais, que precisam aprender a conviver com essa realidade.

As crianças com necessidades especiais possuem os mesmos direitos que os demais cidadãos, acesso aos bens e serviços públicos, inclusive, o direito de frequentar a escola regular, de forma saudável, livre de preconceitos e exclusões.

Como resultado de discussões e lutas nessa área, algumas leis vieram formalizar alguns direitos, que, nem sempre são garantidos, mas, vem sendo cotidianamente negados. Entendemos que temos a tarefa de questionarmos a efetivação e cumprimento desses dispositivos legais, que em épocas remotas nem existiam. Por isso, neste trabalho nos deteremos em algumas reflexões sobre a Política Nacional para Educação Especial, a Legislação e o Plano Nacional de Educação Especial, pois estabelecem medidas tornadas importantes na conquista de direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Diante dessa perspectiva, e no tocante a nossa inserção no cotidiano escolar, como coordenador pedagógico, temos presenciado muitas de nossas crianças, sendo excluídas, do direito à educação escolar. A observação das demandas presente no campo escolar e algumas leituras sobre a questão nos motivou profundamente a pesquisar este tema. E, as reflexões e problematizações geradas ao longo do Curso de Coordenação Pedagógica, ao nos determos mais especificamente sobre o fazer do coordenador pedagógico, permitiu aprofundar nosso pensamento e tornou mais urgente a necessidade de buscar respostas para nossas indagações. As formações continuadas ofertadas pela rede municipal de ensino, por meio das discussões e debates promovidos pelas leituras de autores que estudam a problemática da inclusão escolar, permitiu aprofundarmos nosso olhar sobre a questão, sendo mais um impulsionou nosso interesse investigativo.

Acreditamos que esta pesquisa possa despertar novos sujeitos, para lutarem em prol de uma educação inclusiva que venha satisfazer os anseios da sociedade. Sendo assim, propomos como objetivo geral, analisar as dificuldades no processo de “inclusão escolar” na escola pública municipal Maria Paiva Abreu no município de Pinheiro-MA, buscando perceber os entraves reconhecido pelos professores, coordenadores e gestores para a inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais no ensino fundamental I da referida escola.

Para fundamentarmos melhor o trabalho ora desenvolvido embasamos nossas reflexões em autores como: Zilma Ramos de Oliveira(2007), Aranha(1998), Jose G. S. Bueno(1999), Rosalba Garcia(2013), Maria Mantoan(2015), Mota(1996), Philippe Perrenoud(2015), Marcos Mazzota(1996), Winduz Ferreira(2005), entre outros, que dedicam-se a pesquisar sobre o assunto, e dar sustentação a uma linha, de tão grande relevância para a sociedade em geral.

Os sujeitos envolvidos neste trabalho foram o gestor e os professores da escola Maria Paiva de Abreu. Haja, vista, estes compartilharemos objetivos comuns no interior da escola. Nosso campo de pesquisa, é a já citada anteriormente, fundada em 07 de setembro de 1967.

Para nos conduzir na busca das respostas às questões que deram origem a esta investigação, utilizamos o questionário, aplicado ao gestor e professores da escola. A opção pelo questionário como instrumento de coleta de dados na pesquisa, se justifica, por esse instrumento tornar-se útil à medida que permite uma maior liberdade para o interlocutor, na medida em que ele não fica exposto, como afirma Gil (2008, p.122) [...] à influência das opiniões e do aspecto pessoal do entrevistado.

Ainda segundo Gil (2008, p. 122), o questionário, pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

Foram aplicados 05(cinco) questionários com 05(cinco) professores do ensino fundamental I e 01(um) questionário para o gestor da escola. Optamos pelos professores do ensino fundamental I porque, observamos que é nessa etapa do ensino fundamental onde se apresentam os principais casos de inclusão A escola

caracterizada campo de pesquisa, possui ensino fundamental I no turno vespertino que atende o maior número de alunos com NEE.

O presente trabalho de conclusão do Curso Coordenação Pedagógica, encontra-se estruturado em seções, para darmos maior visibilidade ao leitor.

Na primeiraseção, apresentaremos a introdução do trabalho, com as devidas orientações sobre a constituição do mesmo.

Na segunda seção, dialogamos sobre a educação inclusiva, sua trajetória ao longo dos anos no Brasil. Abordamos ainda aspectos das políticas Nacionais e o Plano Nacional de Educação Especial, para o atendimento das crianças com Necessidades Educacionais especiais.

Na terceira seção, refletimos sobre o papel do coordenador pedagógico, suas atribuições e especificidades do seu trabalho frente aos desafios da Inclusão Escolar.

Na quarta seção, discutimos a inclusão de alunos com Necessidade Especiais na escola Maria Paiva Abreu, a partir da análise dos dados coletados nos questionários respondidos por professores e pelo gestor, tentamos especificar os desafios e as possibilidades colocados ao professor, gestor e a todos os que gerem a escola, na concretização de uma proposta de Educação Inclusiva.

Nas considerações finais retomamos os objetivos da pesquisa articulando com os resultados encontrados, esboçamos uma reflexão sobre a questão da inclusão escolar no nosso campo de pesquisa, projetando esses resultados para a realidade municipal de ensino pinheirense, com fins a contribuir para o desenvolvimento de ações que visem melhorar e ampliar o debate sobre a questão nos âmbitos da secretaria de educação do município de Pinheiro. E, ainda ampliar os espaços de formação continuada sobre o papel do coordenador pedagógico frente aos alunos com necessidades educacionais especiais e a garantia dos seus direitos na escola.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

No contexto da sociedade atual, ao pensarmos na Educação Inclusiva precisamos discutir suas bases, organização e funcionamento dos serviços educacionais prestados aos alunos com necessidades educacionais especiais, a partir da educação de forma geral. Promovendo assim, a compreensão e reflexão sobre a práxis da política de inclusão que vem orientando princípios, leis e diretrizes educacionais no Brasil.

Nesse sentido, entendemos como urgente, enquanto coordenador pedagógico, orientarmos os futuros e atuais profissionais da educação quanto à importância da identificação desses sujeitos e da utilização de metodologias adequadas e adaptadas, o que compreende a formação continuada dos professores, tratando da existência de serviços de apoio especializado, atendimento diferenciado e abarcando a necessidade de planos educacionais sistematizados. Precisamos, considerando o cenário atual, analisar o processo global da educação de pessoas com necessidades educacionais especiais com base nas políticas públicas que envolve as mesmas, observando-se as contradições existentes.

Assim, conhecer as concepções de deficiência em diferentes contextos históricos, torna-se importante para a contextualização histórica da educação especial no Brasil, e sua relação com as políticas legais e educacionais vigentes. Pois, a Política Nacional de Educação Especial, possui fundamentação legal, princípios delineados para a educação básica. Portanto, o professor e demais envolvidos no processo educativo precisam de conhecimentos sólidos na identificação de educandos com algum tipo de necessidade educacional especial. E conhecê-las, torna-se um caminho para a conquista de atendimento especializado e apoio pedagógico aos mesmos.

Os pressupostos elencados acima, nos auxiliam na reflexão sobre o processo de inclusão do educando com necessidades educacionais especiais, observando etapas de escolarização bem definida, o currículo orientado para as necessidades específicas, etc.

A Educação Especial vem sofrendo nos últimos anos mudanças significativas que fizeram com que as crianças com NEE, que tantas vezes foram excluídas das escolas, viessem a participar e a usufruir de uma educação o mais igual possível àquela recebida pelos seus companheiros do ensino regular.

A educação inclusiva tem sido reafirmada como um processo de educar de maneira incondicional, nas classes de ensino comum. Entretanto acreditar-se que a educação de crianças com necessidades educacionais no ensino fundamental, possa ser desenvolvida numa perspectiva, centrada na ludicidade e dinâmica do processo educativo e que traga prazer e significados reais para a vida dos educados. Porém, para isso acontecer precisamos de uma pedagogia centrada nas crianças, capaz de educar para o sucesso de todos, atendendo as necessidades de cada um, considerando as diferenças existentes entre elas.

Segundo Fonseca (1991, p. 81):

A escola deve fazer um programa com recursos e métodos adequados, para atender a esta clientela mesmo as que não conseguirem atingir o nível exigido para concluir o ensino regular, devem também ter professores capacitados para atender a esses alunos, visando prepará-los para uma vida comum na sociedade, na qual eles tenham benefícios.

É de responsabilidade da escola, ou melhor do poder público propiciar à escola as condições materiais e objetivas para que a escola possa desenvolver um programa adequado para atender aos alunos com NEE. Sendo que uma das condições objetivas passa pela formação continuada de professores para o atendimento dessa clientela.

No mesmo sentido destaca-se sobre a educação inclusiva:

O princípio fundamental da escola inclusiva consiste em que todos os alunos devam aprender juntos sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. As escolas inclusivas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários estilos e ritmos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de educação para todos, através de currículos adequados, de uma boa organização escolar, de estratégias pedagógicas, de utilização de recursos e de uma cooperação com as respectivas comunidades. É preciso, portanto, um conjunto, de apoios e de serviços para satisfazer o conjunto de necessidades especiais dentro da escola. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA 1994, p: 21).

Como observamos na assertiva acima, para a Declaração de Salamanca (1994) a educação inclusiva é baseada na educação de todos os alunos independente de suas diferenças e dificuldades, as escolas devem se adequar as necessidades apresentadas pelos alunos para isso precisa de uma boa organização no ambiente escolar, ter seus currículos e projetos pedagógicos voltados para a aprendizagem de todos os alunos. Ressalta a importância de aprender juntos, de oportunizar o convívio das diferenças na escola, nas salas de aula, buscando

atender as especificidades de cada aluno, sem excluir nenhum desse direito, cabendo, portanto, à escola prover os meios necessários para que essa educação de fato se efetive.

Apesar de citarmos sempre as diferenças em crianças com necessidades especiais, precisamos ressaltar que todos os indivíduos independentemente, possuem suas diferenças ao longo de seu crescimento (CARVALHO, 2007). Ainda, como afirma Saviani (2003) a escola irá conceder aos alunos o acesso ao conhecimento, proporcionando condições para descobertas.

A inclusão irá implicar nas mudanças da nossa perspectiva educacional, atingindo todos os alunos, seja com necessidades especiais ou não, para que esses possam obter sucesso em todos os âmbitos de sua vida, incluindo a educação escolar.

Entendemos com Cavalcante, que viver a inclusão é participar de um processo revolucionário, pois, segundo a autora, os alunos ao adentrarem os espaços escolares, o fazem na certeza de que esse é um espaço democrático, em que todo tem o direito de participação.

O motivo principal de elas estarem na escola é que lá vão encontrar um espaço genuinamente democrático, onde partilham o conhecimento e a experiência com o diferente, tenha ele a estatura, a cor, os cabelos, o corpo e o pensamento que tiver. Por isso quem vive a inclusão sabe que está participando de algo revolucionário (CAVALCANTE, 2005, p. 40).

Na Constituição Brasileira de 1988 observamos o direito de todos à educação, garantindo-se, assim, o atendimento educacional de pessoas que apresentam necessidades educacionais especiais. A Constituição Federal de 1988, com relação à Educação Especial prioriza o atendimento ao aluno com deficiência no Ensino Regular.

Nos anos 90, as instituições assistenciais ganham estatuto de organismos (ou organizações) não governamentais (ONGs) e a ambiguidade entre os setores públicos e privados é apresentada como uma necessária e fundamental parceria para desenvolvimento do país.

2.1 Um Breve Histórico da Educação Especial no Brasil

Resultados de pesquisas realizadas por estudiosos do tema da educação especial, mostram que mudanças foram sendo produzidas ao longo dos anos,

mudanças na forma, no atendimento e na concepção do que se entende por educação especial. Nesse subitem, apresentamos um breve histórico, pontuando algumas das mudanças ocorridas nesse campo, no Brasil.

No século XV, o termo “crianças deficientes” era usado para classificar as pessoas com necessidades especiais. Estudos apontam que as crianças deficientes eram jogadas nos esgotos e precipícios. Porém idade Média, surgiram abrigos em igrejas, e orfanatos. No entanto, essas crianças, após alcançarem a estrutura adulta, exerciam a função de bobos da corte.

Do século XVI ao XIX, as pessoas com deficiência continuam em abrigos, conventos, albergues, sem nenhuma estrutura, sem tratamento ou cuidados, alguns pais chegavam até mesmo a aprisioná-los. Nessa época, surge o primeiro hospital psiquiátrico na Europa, com princípios e características prisional.

No Brasil, Mazzota (1996) destaca que o atendimento a esse grupo de pessoas teve início no século XIX, nos anos de 1850.

O atendimento escolar especial aos portadores de deficiência teve seu início, no Brasil, na década de cinquenta do século passado. Foi precisamente em 12 de setembro de 1854 que a primeira providência neste sentido foi concretizada por D. Pedro II. Naquela data através do Decreto Imperial nº 1.428, D. Pedro II fundou, na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto Meninos Cegos (MAZZOTA, 1996, p. 28).

No dia 17 de setembro de 1854, foi inaugurado o referido Instituto e sua fundação deu-se em grande parte, as contribuições do cego brasileiro, José Álvares de Azevedo, que estudou no Instituto dos Jovens Cegos de Paris, fundado por Valentin Haüy no século XVIII. Ele obteve sucesso ao educar a aluna Adélia Sigaud, filha do Dr. José F. Xavier Sigaud, médico da família. Seus trabalhos despertaram interesse do Ministro do Império o Conselheiro Couto Ferraz, sua influência impulsionou D. Pedro II a criar o Instituto.

No século XX, os portadores de deficiências passaram a ser vistos como cidadãos de direitos, nas leis e nos planos de educação, porém a sociedade subentende que esses direitos conquistados são de ordem assistencialistas resultantes de obra de caridade. Assunto tratado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948.

Nos anos 60, com o crescente número de crianças nesta condição, as famílias organizaram-se com alguns estudiosos do assunto, para lutar por objetivos comuns, a normatização e cumprimento da lei que garantisse os direitos comuns.

Como resultado da luta surge a Lei de Diretrizes e Bases - LDB nº 4.024, de 1961, a qual se observa tratar especificamente da Educação Especial no Brasil.

Nos anos 60, o número de mutilado de guerra do Vietnã nos Estados Unidos, despertam para a iniciativa de pesquisas sobre a inclusão e, a partir daí cria-se a Lei nº 94. 142, 1975, a mesma sugeria a adequação dos currículos e rede de informações entre educação, saúde e serviços públicos.

Em 1975, educação especial será objeto da lei própria, P. L. 94.142, nomeada The Education for All Handicapped Children Act ainda referindo como EHA. Esta lei tornou-se o núcleo do firmamento federal para educação especial. A mesma instaura três conceitos desde então básicos na política de educação especial, que são:

Educação pública apropriada e gratuita (FAPE-free appropriate public education);

- **Programa de educação individualizado (IEP-individualized education program), o qual consiste de documento escrito, elaborado e fixado com a participação e acordo dos pais, para cada criança atendida;**

- **Ambiente educacional imenos restritivos possível (LRE-least restrictive environment), que consiste na garantia do acesso ao máximo de inclusão nas classes e escolas regulares e do máximo de suporte arquitetônico, técnico (profissional) e tecnologia (equipamentos coletivos e individuais, softwares, braile), par facilitar a integração dos educandos (MAIA, 2005, p.90).**

Nesse quadro de mudanças, no Brasil, em 1978, temos a primeira Emenda Constitucional Brasileira que trata do direito da pessoa com deficiência. A mesma garantia maior condição social e econômica, e garantia sua gratuidade do ensino na educação básica às pessoas com necessidades educativas especiais.

Em 1988, com a nova Constituição Federal, surge a garantia ao atendimento educacional especializado, na rede regular de ensino e assistência médica, benefícios e direito à acessibilidade, outros caminhos vão se abrindo na garantia dos direitos às pessoas com necessidades educacionais especiais.

Em 1989, toma forma a Lei Federal nº 7.85 que criou a Coordenadoria Nacional da pessoa Portadora de Deficiência, no âmbito do Ministério da Justiça. A mesma, definia os princípios e direito da Política Nacional da Pessoa Portadora de Deficiência. E tratava das áreas de saúde, educação e formação profissional e trabalho, para o atendimento da clientela. Na educação a lei previa oferta, de vagas, com obrigatoriedade de forma gratuita em estabelecimentos públicos, com reclusão de um a quatro anos aos gestores que se recusassem a realizar a matrícula ou suspendessem o atendimento à clientela.

Nos anos 90, com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, das crianças e adolescentes, em situações de risco pessoal e social, é reiterado a obrigatoriedade do atendimento especializado as crianças com deficiência no sistema de ensino público regular.

Nesse período, aconteceu a Conferência Mundial sobre Educação para todos em Jomtiem, na Tailândia, onde foram tratados assuntos relativos ao atendimento das necessidades básicas desta clientela.

Porém, essas instâncias não são responsáveis em suprir todos os requisitos da educação, portanto são necessárias articulações e alianças todos os níveis “entre as organizações governamentais e não-governamentais, com o setor privado, com as comunidades locais, com os grupos religiosos, com as famílias. É particularmente importante reconhecer o papel vital dos educadores e das famílias” (UNESCO, 1990, p.7).

O exposto, demonstra que diversas mudanças ocorreram no cenário das políticas públicas, no atendimento às pessoas com necessidades educacionais especiais, como destacamos através dos anos. É importante também considerar alguns dos decretos e leis que foram sendo aprovados e como essas iniciativas afetaram a vida das pessoas como deficiência, a partir da implementação de direitos essenciais para a sua vida em sociedade.

Em 1991, o Decreto Estadual nº 33. 823, de 21 de setembro, instituiu o Programa Estadual de Atenção à Pessoa Portadora de Deficiência que determinava ações de inclusão as pessoas com necessidades especiais.

Art. 1º. Fica instituído o Programa Estadual de atenção à Pessoa Portadora de Deficiência, a ser executado em caráter permanente e em desenvolvimento progressivo.

Art. 2º. São objetivos do Programa instituído pelo Artigo anterior:

I - Implantar e implementar projetos e medidas de atendimento às necessidades básicas e especiais dos portadores de deficiências nas áreas da saúde, educação, trabalho, transportes, cultura, esportes e lazer.

II - Promover medidas destinadas a assegurar aos portadores de deficiências condições de integração na vida comunitária, envolvendo os Poderes Públicos Municipais e do Estado;

III - Desenvolver ações que estabeleçam condições de prevenção de deficiências envolvendo os Poderes Públicos Municipais e do Estado; (DECRETO ESTADUAL, 1991, p.1).

A Lei nº 8. 213 de 24 de julho de 1991, conhecida como Lei de Cotas. A referida lei foi promulgada na gestão do Presidente da República Fernando Collor de

Melo prevê o benefício da Previdência Social e Cota para empresas com mais de cem funcionários.

Entretanto, com o Decreto nº 38.641, de 17 de maio de 1994 foi instituído o Programa de Atendimento ao Deficiente Visual em idade escolar. E no sistema coletivo de transportes interestadual, com a Lei nº 8. 899, de 29 de junho.

Artigo 1º - Fica instituído, no âmbito da Secretaria da Educação, o Programa de Atendimento ao Deficiente Visual em idade escolar com as seguintes finalidades:

I -garantir aos alunos portadores de cegueira e de visão subnormal os instrumentos necessários para o acesso ao conteúdo programático desenvolvido na escola comum, à leitura, à pesquisa e à cultura;
II -promover a melhoria da qualidade do ensino através do aperfeiçoamento constante dos professores especializados na área;
III- informatizar a produção de material específico e agilizar sua distribuição para deficientes visuais, principalmente aos alunos da rede estadual de ensino (DECRETO ESTADUAL, 1994, p.1).

Um dos mais importantes documentos a respeito dos direitos educacionais das pessoas com deficiência, foi a Declaração de Salamanca. O referido documento ressalta a importância do atendimento destes sujeitos na escola pública regular e a necessidade de combater a discriminação, responsabilizando a escola no atendimento às crianças independentemente de sua deficiência.

Entretanto, em 1996, com a promulgação da LDB nº 9. 394//96, trouxe novas configurações ao ensino e sua obrigatoriedade do atendimento em unidades de ensino público regular. Tivemos o Decreto nº 3. 298, que regulamentou a Lei nº 7. 853, estes fortaleceram as legislações anteriores, que tratavam sobre os direitos e garantias das pessoas com deficiências.

No entanto, as escolas para atender essas especificidades teriam que passar por adequações. Em 1995, a Lei Estadual nº 9. 086, de 3 de março, determina que órgãos da Administração Direta e Indireta adequassem seus projetos, edificações, instalações e mobiliários, as pessoas portadoras de deficiências. Nesse sentido, a Portaria o MEC nº 1.679/99, estabeleceu os requisitos básicos de acessibilidade das pessoas portadoras de deficiências para instruir processos de autorização e reconhecimento dos cursos e de credenciamentos das instituições.

No que concerne às normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, por meio da Lei nº 10. 98, no ano de 2000. Em 2001, tivemos a Convenção da Guatemala cujo conteúdo foi aprovado pelo Congresso Nacional, por meio do Decreto Legislativo nº 198, de 13/06/2001, promulgada no Decreto 3. 956, de 08/10/2001. Estes documentos

tinham por objetivo incluir as crianças no ensino Público regular, tendo como princípio eliminar todas as possíveis formas de discriminação às pessoas com deficiências. Com a aprovação no Congresso do Plano Nacional de educação, considera-se um avanço importante, pois estabeleceu vinte e sete objetivos e metas para a educação dessa clientela.

Em 2003, com a Portaria do MEC nº 3. 284, de 07/11/2003, estabeleceu que as Instituições de Ensino Superior deverão adequar-se para receber alunos com deficiência auditiva.

Hoje, considera-se que as crianças com necessidades educativas especiais são, antes de tudo crianças e deve conviver com as outras em ambientes cotidianos com sua complexidade habitual, e não mais ser mantidas isoladas interagindo em um mesmo pequeno grupo por muitos anos, o que as leva a modificar muito pouco suas habilidades e conhecimentos. Essa nova concepção fundamenta a presente Legislação brasileira, que claramente tem um posicionamento favorável a uma visão de educação especial que luta contra a exclusão dos portadores de deficiência das experiências vividas nas escolas (OLIVEIRA, 2007, p.245).

Essas determinações apontam modificações no âmbito da educação nacional, no que diz respeito ao atendimento dessas crianças. Os resultados do estudo realizado por especialistas do assunto, davam conta de que as mesmas precisavam relacionar-se de forma natural ao meio onde vivem. Evitando sentirem-se excluída e colocando-as como sujeitos de direitos, digna de exercerem sua autonomia.

2.2A Política Nacional para Educação Especial Legislação e Plano Nacional de Educação.

As Políticas Nacionais para esta modalidade de educação, desde o Antigo Império vem ocorrendo por meio de ações públicas, privadas, não governamentais, emendas e decretos. Sempre apontando a necessidade de acolhimento dessa clientela no que diz respeito à educação, saúde e assistência social.

No contexto atual torna-se propício discutirmos as mudanças de paradigmas no que diz respeito à deficiência e o tratamento educacional especializado às crianças com necessidades educativas especiais, o que envolve esforços coletivo.

Ao tratarmos da Educação Especial, perpassamos pelo contexto da educação geral como aponta a Constituição Federal, 1998, no Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III-atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;
IV-atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade;
IV-educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006)(CONSTITUIÇÃO FEDERAL, artigo 208, 1998).

Este artigo destaca o dever do Estado no atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, de preferência na rede regular de ensino. Até os meados dos anos 80 os alunos com deficiências, como eram chamados, eram atendidos em escolas especializadas de origem filantrópica. As crianças tinham contato social e escolar entre si e com os professores, com alguma formação geral para atendimento.

Em alguns municípios do Estado do Maranhão são comuns os Centros Educativos denominados APAE- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, assim como em várias cidades em todo o Brasil.

Com a Lei nº 10.172/01, ocorreu a aprovação do Plano Nacional de Educação e outras providências. Este documento estabeleceu os vinte e sete objetivos e metas para a educação das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Os objetivos elencam a importância dos municípios criarem programas para o atendimento especializado, com parceria com áreas como: saúde e assistência social. Com vista, a atender as crianças da educação infantil ao final dos estudos, preferencialmente qualificando-os para o mercado de trabalho. Expandindo o atendimento por meio de ações preventivas de saúde visual e auditiva, enfatizando que o ensino deveria ocorrer na rede regular. E principalmente, que os professores participassem de formações continuadas sobre Educação Especial e suas respectivas metodologias e especificidades.

A questão da Educação Especial, dada a especificidade, tornou-se assunto digno de ser tratado a nível dos Direitos Humanos, como aponta o artigo 26 nos parágrafos de 1 a 3 da lei adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas (resolução 217 A III) em 10 de dezembro 1948.

Artigo 26º

1.Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve estar aberto a todos em plena igualdade, em função do seu mérito.

2.A educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, bem como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz.

3.Aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o género de educação a dar aos filhos (BRASIL, 1998, p. 6).

Em se tratando de políticas públicas no Brasil, um documento importante, na abordagem dos direitos educativos foi a Declaração de Salamanca, ao proclamar uma fundamentação pautada nos princípios de igualdade, identidade, necessidades de aprendizagem, considerações em relação à diversidade cultural e social, acesso à escola regular, com acessibilidade, entre outros.

Sabemos que a busca pela equidade e pela qualidade da educação em um país tão desigual como o Brasil é uma tarefa que implica políticas públicas de Estado que incluam uma ampla articulação entre os entes federativos. Vivemos atualmente um momento fecundo de possibilidades, com bases legais mais avançadas e com a mobilização estratégica dos setores públicos e de atores sociais importantes neste cenário. É possível realizar um bom trabalho de alinhamento dos planos de educação para fazermos deste próximo decênio um virtuoso marco no destino do nosso País (BRASIL, 2001, p. 6).

Em relação ao Plano Nacional de Educação, as discussões acerca do Plano iniciaram-se desde 1931, com a instituição do Conselho Nacional de Educação. Os encaminhamentos para a construção do Plano surgiram em 1932, com o apoio dos Pioneiros da Educação Nova e dos movimentos sociais. Foram períodos longos de tramitações, até que com a Lei nº 4.024/1961, Lei de Diretrizes e Bases, deferiu as incumbências ao Conselho Federal de Educação sobre sua elaboração. Em 1962, surge no cenário educacional o primeiro Plano de iniciativa.

Posteriormente as Constituições brasileiras subsequentes estabeleceram novas diretrizes, na LDB 9.394/96, o plano foi tratado como planejamento de curto e longo prazo, englobando as especificidades educativas e de desenvolvimento do país. De acordo com essa Lei o plano deveria ser desenvolvido pela União, com exclusiva colaboração dos estados, Distrito Federal e pelos municípios, com prazo de validade de dez anos.

A Lei de Diretrizes e Bases, sancionada em 20 de dezembro de 1996, veio regulamentar alguns direitos assegurados na Constituição de 1988 e

reafirmados no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), este determinou a criação dos Conselhos Tutelares nos municípios, cuja responsabilidade consiste em traçarem diretrizes políticas para zelar pelo respeito aos direitos das crianças e adolescentes.

Como aponta DIGIÁCOMO citando a lei 8.069:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho [233] assegurando-se lhes [234]

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola [235]

II - direito de ser respeitado por seus educadores [236]

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores [237]

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis [238]

V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência [239]

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico [240], bem como participar da definição das propostas educacionais [241] (ECA, 1990, p. 86).

Em 1998, o PNE apresentou um diagnóstico relatando um grande número de estabelecimentos funcionando em condições precárias. E desvendou outros aspectos relacionados ao atendimento nesses estabelecimentos de ensino, os serviços básicos como água, esgoto sanitário, energia etc. O documento revelou que a maioria dos locais de ensino, não dispunham de espaços para brincar e realizar atividades ao ar livre e de movimentação. A ausência de infraestrutura, atinge os aspectos relacionados à saúde física, como sociocultural, psicossocial e motor. Inclusive dificulta a acessibilidade pelos alunos com necessidades educativas especiais.

Esse quadro perverso, tão ou mais grave do que o da ausência de professores habilitados, por lei, deve ser revertido num prazo de cinco anos a contar do ano de início da vigência do PNE (2001), conforme está expresso no item nº 4 dos “objetivos e metas”.

Adaptar os prédios da Educação Infantil de sorte que, em cinco anos, todos estejam conforme os padrões mínimos de infraestrutura estabelecidos (BRASIL, 2001, p. 62).

O desafio do PNE é além de outros implantarem políticas para essa população heterogênea. Essa desigualdade acentua-se e dificulta o acesso principalmente das classes menos favorecidas.

As experiências dos últimos séculos, visualiza a inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais, atendendo aos critérios de acessibilidade, o que demonstra um desafio. Pois, as propostas que discutiam essa realidade, envolviam

os valores de sua época e não se pensava numa política para a infância, com objetivos que vislumbrassem o século XXI. Sem deixar de considerar que para construir uma sociedade igualitária é necessário garantir o direito à educação de qualidade. Mas, para alcançarmos esta meta, precisamos de investimentos na formação inicial e continuada dos profissionais atuantes na educação inclusiva.

A formação continuada dos professores deve capacitá-los para conhecer melhor o que hoje se sabe a respeito das possibilidades de trabalho pedagógico de promoção do desenvolvimento de todas as crianças com necessidades educacionais especiais, bem como para auxiliar essas crianças na construção de conhecimentos cada vez mais ampliados e significativos acerca do mundo e de si mesma (OLIVEIRA, 2007, p. 246).

Assim, os profissionais da educação que atendem alunos com NEE, devem participar de acordo com as políticas públicas nacionais, de continuas formações em serviço à respeito das especificidades educativas de sua clientela.

Países desenvolvidos estabelecem processo de qualificação permanente na educação, determinando alguns parâmetros de qualidade. O papel da União, dos Estados e municípios, será de compartilhar e comparecer com recursos financeiros e com formação de professores.

Para tanto, faz-se necessário implementar políticas indutoras de transformação significativas na estrutura das escolas. E refletir sobre as formas de ensinar, aprender, avaliar e reorganizar o currículo e as carreiras profissionais. Esse contexto, exige implementação de ações nos campos político, administrativo e pedagógico, uma vez que o objetivo se volta para ofertar maiores oportunidades de aprendizagem a todos indistintamente.

3. O COORDENADOR PEDAGÓGICO E A INCLUSÃO ESCOLAR: algumas reflexões.

O Coordenador Pedagógico possui de acordo com as leis, os decretos e planos educacionais atribuições com especificidades que lhes conferem grande relevância no contexto escolar. Este profissional aliado aos seus liderados torna-se de extrema importância na articulação e promoção de ações que visem intensificar a aprendizagem dos alunos.

No entanto, seu cotidiano é marcado por situações contrastantes frente às suas reais funções. A maioria das escolas não possui um Coordenador permanente, ele realiza apenas visitas, em que se detém a observar e ouvir os relatos dos professores sobre os acontecimentos. Existem casos que dependem de transporte para se locomover, fato que dificulta sua permanência na escola, as vezes precisa orientar mais de sete ou mais escolas na zona rural.

O Entretanto, precisa assumir sua função como agente transformador e responsável pela construção em constante articulação do Projeto Político pedagógico. No intuito de mobilizar diferentes saberes docentes dos profissionais sob sua responsabilidade, a partir de diagnósticos e avaliações constantes sobre o desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos.

As especificidades do seu trabalho se traduz ao aliar-se aos professores para articular e superar as dificuldades que permeiam o contexto escolar. Criando condições para incluir os alunos com NEE, selecionando atividades específicas, solicitando os materiais didáticos compatíveis com as especificidades educativas dos alunos, aliando o cuidar e educar estimulando a participação dos alunos e da família.

Entretanto a escola precisa construir parcerias com a família, promovendo formações continuadas com os pais sobre as NEE, de seus filhos pois muitos pais não compreendem os problemas enfrentados pelos filhos. Nesse sentido, a escola assumiria o papel de auxiliar a família a refletir a partir dos conhecimentos abordados nas formações, estabelecendo parcerias. O trabalho conjunto conduz a escola juntamente com o corpo docente e discente ao alcance de resultados positivos e satisfatórios.

Cabe salientar que a troca de experiências e saberes, possibilita a consolidação de formações compartilhadas, em que os sujeitos aprendem e ensinam.

Essa prática conduz a uma transformação, relevando o desenvolvimento pessoal e profissional. E o Coordenador Pedagógico surge nesse cenário como o profissional que assumirá uma postura democrática, crítico/reflexiva no contexto escolar, impactando de forma significativa a aprendizagem dos alunos influenciando a gestão escolar de forma positiva.

O Coordenador Pedagógico frente aos desafios da inclusão escolar acrescenta-se como uma atribuição de grande relevância no espaço escolar, haja vista, que existem o número expressivo de crianças que apresentam NEE. E a escola precisa preparar-se para incluir e disponibilizar recursos humanos e financeiros que atendam as diferentes características dos alunos.

3.1 Inclusão de pessoas com necessidade educacionais especiais na escola: desafios a função do coordenador pedagógico.

No contexto atual da educação, pensando na inclusão a partir das tendências curriculares atuais para a Educação Especial. As políticas públicas precisam subsidiar recursos para a organização e funcionamento dos sérvios de educação especial: classe comum, classe especial, sala de recursos AE, professores/interpretes, etc.

Principalmente buscando a parceria entre família e escola e outras instituições filantrópicas ou não. E ainda, as escolas necessitam de acessibilidade arquitetônica, pedagógica, médica, etc.

No plano teórico dispomos de vários planos, Diretrizes, Constituições, Declarações e demais acordos, entretanto na realidade escolar nos deparamos com ausência de atendimento especializado.

O coordenador Pedagógico, nesse contexto como o profissional que junto com a equipe escolar fortalecerá as ações pedagógicas. Haja vista, que na atualidade cabe-lhe refletir juntamente com seus liderados, auxiliando-as, a partir das práticas cotidianas, sustentados por referências teóricas e metodológicas.

O Coordenador Pedagógico, precisa identificar as necessidades específicas dos alunos e buscar parceria o corpo docente, alternativas para o desenvolvimento do trabalho pedagógico.

Nesse sentido, a existência e permanência deste especialista da educação, torna-se imprescindível, o que tange à docência, pois auxilia os professores na pesquisa de métodos de ensino, planejamento, nos processos pedagógicos e administrativo, quanto na relação aos assuntos extracurriculares que extrapolam a sala de aula que de forma direta e indireta no desenvolvimento da gestão.

No tocante as especificidades e atribuições do Coordenador Pedagógico, engloba o favorecimento de práticas pedagógicas, que envolvam a acessibilidade e promovendo a participação daqueles que necessitam de um atendimento humanizado.

Essas práxis se traduz para além da inclusão, mas a integração desse alunado no espaço escolar, que ultrapasse os tramites legais de sua obrigatoriedade.

4. A INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS NA ESCOLA MARIA PAIVA ABREU: desafios e possibilidades

A Unidade Escolar Maria Paiva Abreu, localizada à Rua Coronel Raimundo Araújo, s/n, no município de Pinheiro – MA, como a maioria das escolas brasileiras encontra-se diante de grandes desafios para incluir alunos com Necessidades Educativas Especiais. Os relatos do gestor e professores apontam com unanimidade o processo de desenvolvimento das atividades no cotidiano escolar. Eles enfrentam desafios relacionados à ausência de formação continuadas, materiais didáticos, acessibilidade, estrutura física das escolas, entre outras.

Cabe registrar que existem inúmeros documentos que abordam a questão da Educação Especial, dentre as quais a Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, artigo 54, alínea III, promulgado em 1990, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, em seu artigo 4º, alínea III. Os referidos documentos abordam o privilegio para a educação das crianças com NEE, nas instituições de ensino regular e não mais em escolas especiais.

O principal desafios aos professores, coordenadores, gestor e pais desses alunos, será encontrar estratégias diferenciadas para estes adquirirem confiança em suas potencialidades e desenvolvê-las. A responsabilidade estende-se para observar, detectar o problema que envolve a dificuldade de aprendizagem, par dar o feedback para tomar decisão que auxiliem em sua resolução.

Nesse aspecto, torna-se imprescindível o acompanhamento dos pais e de outros profissionais que ocupam-se com as diferentes especialidades ligadas às necessidades educativas especiais.

Neste caso a intervenção pedagógica procura descobrir as causas das dificuldades e a partir do diagnóstico, constrói as condições para essas crianças desenvolverem a maturação física, cerebral, as anomalias do desenvolvimento do sistema nervoso, etc. Todos esses profissionais têm a responsabilidade de orientar professores e pais sobre a forma de intervir.

4.1 HISTÓRICO—Escola: lugar de memória.

A escola municipal Maria Paiva Abreu, foi inaugurada em 07 de setembro de 1967, na administração do prefeito Manoel Maria Soares Paiva. A referida Unidade foi reconhecida pela Resolução nº 390/83 do Conselho Estadual de Educação do Maranhão. Encontra-se localizada à Rua Coronel Raimundo Araújo, s/n, no Bairro do Campinho, na cidade de Pinheiro – MA. Funciona nos turnos matutino e vespertino, oferecendo o Ensino Fundamental completo, do 1º (primeiro) ao 9º (nono) ano. Mantida pelo município de Pinheiro e coordenada pela SEMED, tem todo o seu trabalho norteado pelo seu Projeto Político Pedagógico, o qual tem duração de no máximo 2 anos, devendo ser reelaborado ao término de sua vigência.

Seu nome foi escolhido em reconhecimento ao trabalho da talentosa professora pinheirense, Maria Paiva Abreu, que desempenhou com êxito seu papel de educadora na sua terra natal e na capital do Estado, São Luís.

Apesar do prédio da escola ser do município, suas primeiras professoras (Manolita da Conceição Reis, Maria de Jesus Beckman, Maria Vitalina Soares e Maria dos Remédios Reis) pertenciam ao Estado. Como primeira diretora à escola teve a professora Alene de Jesus Reis Beckman. Em 1970, houve uma mudança na direção e no quadro de professores. A diretoria ficou a cargo da professora Laury Pinheiro Abreu, tendo como professoras: Marise Mendes Pinheiro e Deltan Rolim Matos.

Em março de 1988, durante a administração do governador Eptácio Cafeteira, a escola passou para a responsabilidade do Estado. No ano de 2005, na gestão do prefeito Filadelfo Mendes Neto, o colégio voltou ao encargo do

município. Atualmente, a escola encontra-se sob a direção da professora de Sidna Maria Pereira Lobato.

A escola representa para a comunidade o local de produção do conhecimento sistematizado, sendo vista como um meio propício à ascensão social e promissora de melhores oportunidades para os sujeitos da escolarização, os quais são na sua maioria afro-descendentes, provenientes de famílias de baixa renda e de pouco capital cultural.

As principais problemáticas que circundam a escola são as drogas, tais como a maconha e o álcool, a violência e o desemprego, pois a maioria dos pais dos alunos vive de fazer “bicos”.

O novo prédio da escola, reformado no ano de 2015 dispõe de 07 salas funcionando no turno matutino, sendo dois 6º (sexto) anos, um 7º (sétimo) ano, duas 7ª séries, duas 8ª séries já no turno vespertino: 07 turmas, sendo um 1º ano; dois 2º anos; dois 3º anos; um 4º ano e um 5º ano. Tendo uma sala de 1º ano que funciona no Jardim de Infância Fruto do Saber. No município de Pinheiro, utilizamos duas nomenclaturas, para os alunos que estavam matriculados antes da lei 11. 276, nomeamos como séries e para os que foram matriculados de acordo com a referida lei, nos referimos a ano. Os dois tipos irão permanecer na rede até que não tenhamos mais série e somente ano, como prediz a lei.

Atualmente a escola atende a um total de 386 (trezentos e oitenta e seis) alunos (214 no turno matutino e 168 no turno vespertino). No seu quadro funcional, a escola conta com 47 funcionários sendo: 14 (quatorze professores matutino), 16 (dezesesseis professores vespertino), 01 (um professor orientador), 01 (um gestor), 04 (quatro vigias) 04 (quatro ASG matutino), 04 (quatro ASG vespertino) e 03 (três secretarias).

4.20 Papel do Professor e a Educação Inclusiva

A análise dos dados foi realizada a partir da abordagem qualitativa. Inicialmente foram realizadas visitas na referida escola, localizada neste município, com o objetivo de desenvolver o questionário para coletar os dados dos professores. Buscando também a autorização do gestor e professores para a aplicação do instrumento de coleta de dados. Os quais irão compor o anexo deste trabalho, para constatação e validação da pesquisa.

O referido questionário foi organizado com cinco questões abertas para um gestor e sete para os professores, relacionadas à sua prática em relação à educação inclusiva. A cada sujeito foram disponibilizados três dias para responderem as questões. Para preservação de suas identidades, optamos por identificá-los neste trabalho a partir da denominação de G1 para a gestora e para os professores de P1, P2, P3, P4 e P5.

Após a leitura dos resultados obtidos com a aplicação do questionário, os dados foram organizados no intuito de oferecer respaldo teórico/metodológico das práticas desenvolvidas por esses sujeitos na escola. Os conceitos que possuem sobre educação inclusiva, sua experiência com alunos com NEE, suas visões sobre o trabalho desenvolvido na escola e na rede de ensino, os desafios impostos nessa educação, formação pedagógica específica pelo coordenador para trabalhar as necessidades educativas, as relações existentes entre educação especial e educação comum e finalmente se o professor considera-se inclusivo.

Ao gestor as questões perpassavam pela sua concepção de inclusão, as relações existentes entre educação inclusiva e comum, falar as ações desenvolvidas pela secretaria de educação municipal, avaliação sobre as práticas inclusivas e os maiores desafios para efetivação dessa prática no município.

Ao questionarmos a gestora sobre sua concepção de inclusão escolar, o mesmo respondeu que: *“Na minha opinião a inclusão escolar ainda está no plano do ideal, o real “inclusão escolar”, ainda não existe. O que observo é apenas uma integração dos alunos nas escolas”*.

Com o advento das leis, emendas, decretos, diretrizes e da própria Legislação Nacional de Educação Especial, consta as incumbências dos estabelecimentos para a matrícula dos alunos com NEE, no ensino básico regular.

No entanto, como própria gestora revela, que na maioria das escolas brasileiras, existem crianças “integradas”, porém por algum motivo relacionado a ausência de materiais didáticos, formação continuada dos professores, acessibilidade, mobiliário, etc. dificultando sua inclusão, de forma a atender suas necessidades educativas, sociais e culturais.

A ideia de integração implica necessariamente em reciprocidade. Isto significa que vai muito além da inserção do portador de necessidades especiais em qualquer grupo. A inserção limita-se à simples introdução física, ao passo que a integração envolve a aceitação daquele que se insere.

Do ponto de vista operacional, o ideal da integração ocorre em níveis progressivos desde a aproximação física, incluindo a funcional e a social, até a instrucional (frequência à classe do ensino comum) (BRASIL, 1994, p. 38).

A atual perspectiva a final se encontra a educação brasileira principalmente no que diz respeito a inclusão de alunos com NEE, os profissionais necessitam estar preparados para ultrapassar os limites, e aproximando-as promovendo interação entre os alunos do ensino regular e aqueles com necessidades educativas especiais, auxiliando na construção de princípios que envolvam o respeito à diversidade.

No entanto a relação existente entre a educação especial e a educação comum, a gestora disse que: *“Educação Especial ainda é uma realidade no sentido de como as crianças são tratadas, educação inclusiva, ainda é um “sonho” e a educação comum, não comunga com a educação inclusiva”*.

De acordo com a opinião da gestora a educação inclusiva existe apenas no plano teórico e que não existe nenhuma relação entre educação inclusiva. Ela aponta não haver relação entre a educação comum e a educação inclusiva. No entanto, a educação comum por falta de conhecimento e compreensão dessa deve atender todos os alunos, inclusive aqueles com alguma necessidade especial. A educação inclusiva é aquela que deve promover aos alunos o desenvolvimento afetivo, social e cognitivo. Respeitando suas características e necessidades educativas, tanto aquelas com distúrbios de aprendizagem condutas típicas ou altas habilidades tem direito ao acesso, permanência e sucesso educativo.

As relações entre as duas modalidades de ensino são complementares, a comum já existe há muito tempo, agora de acordo com determinações legais a educação comum que acontece nas escolas públicas, precisa assumir essa responsabilidade necessária e insubstituível, no cuidar, educar na tarefa de formação integral.

A educação inclusiva constitui uma proposta educacional que reconhece e garante o direito de todos os alunos de compartilhar um mesmo espaço escolar, sem discriminações de qualquer natureza. Promove a igualdade e valoriza as diferenças na organização de um currículo que favoreça a aprendizagem de todos os alunos e que estimule transformações pedagógicas das escolas, visando à atualização de suas práticas como meio de atender às necessidades dos alunos durante o percurso educacional. Compreende uma inovação educacional, ao romper com paradigmas que sustentam a maneira excludente de ensinar e ao propor a emancipação, como ponto de partida de todo processo educacional. (BRASIL, 2007, p. 14).

Ao investigarmos sobre os trabalhos desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação a respeito da inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais. A gestora pronunciou-se dizendo: *“Na verdade muito pouco foi feito nesse sentido, as formações continuadas que deveriam dar suporte para os professores não existiram. Tivemos apenas pessoas trabalhando com os professores em sala como interpretes e cuidadores. Vale a pena ressaltar que o cuidador não está preparado para desenvolver tal função”*.

As Secretarias municipais de educação possuem a responsabilidade de organizar a administração do sistema municipal de ensino, elaboração e execução do Plano Municipal de Educação, orientação, coordenação e supervisão das atividades pedagógicas, administrar o programa de capacitação dos profissionais de educação, isto inclui de forma continuada em serviço disponibilizar profissionais capacitados em assuntos relacionados à inclusão. Todas essas articulações dependem da Secretaria Municipal de Educação que no uso de suas atribuições legais deverá assessorar todos os tramites legais e áreas de competências.

Com a Constituição Brasileira de 1998, os municípios ganharam autonomia para decidirem a partir dos parâmetros e políticas nacionais e estaduais, adequar os serviços públicos às necessidades da população.

Quando abordamos sobre as iniciativas de inclusão existentes na escola, a gestora respondeu que: *“Somente o que a lei determina, no sentido de matricular o aluno na escola, ações voltadas mesmo para a inclusão infelizmente a nossa escola não realiza”*.

A escola neste século temos alguns documentos como a Convenção sobre os Direitos da Criança (1989); e Plano Nacional de Educação para todos (MEC – 1993/2003), que prevê a integração à escola de crianças e jovens para com NEE; Declaração de Salamanca (1994), resultante de Conferencias Mundiais na Espanha. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96), que afirma que esses alunos devem ser matriculados preferencialmente na rede regular de ensino. No seu artigo 58, trata do currículo e método, técnicas e recursos educativos, formação continuada de professores, atendimento igualitário para todos.

No entanto, as escolas encontram-se cumprindo a parte burocrática e porem em relação ao acompanhamento tem deixado a desejar de acordo com o que o gestor evidencia.

A Educação Inclusiva, tendência internacional neste final de século, e uma meta a ser perseguida por todos aqueles comprometidos com Educação Especial. A viabilidade de sua implementação depende, porém, de um amplo consenso da sociedade a respeito da aceitação dos portadores de necessidades especiais na vida e da compreensão de seu direito à cidadania (MEC/SEESP, 1995, p.19).

Instigamos a gestora sobre os maiores desafios para a efetivação de uma educação realmente inclusiva no município e na escola onde trabalha. Ela foi enfática ao dizer: *“Na minha concepção falta conhecimentos na área por conta dos professores, sensibilidade por conta dos gestores e também falta de informações para os pais destes alunos”*.

Os professores precisam dominar os conhecimentos teóricos sobre NEE, elaborar e executar o plano de aula, identificando as habilidades e necessidades educativas dos alunos, adequando as estratégias. E articular os trabalhos desenvolvidos na sala de AEE, com aqueles que acontece no ensino regular.

O gestor da Unidade de ensino precisa viabilizar as ações entre a Secretaria e a instituição, no intuito de fortalecer a parceria. Informando no censo escolar as especificidades educativas dos alunos, para o MEC tomar conhecimento e organizar os recursos financeiros para a compra de materiais didáticos e capacitações entre outros.

O gestor precisa atentar para os novos paradigmas educacionais que apontam a capacidade de compreender e analisar com criatividade a realidade, estimular a tomada de decisões de forma coletiva.

A falta de conhecimento e aceitação dos pais, sobre as necessidades educativas dos filhos afeta muito o seu desenvolvimento. Quanto antes a escola construir parcerias, visando o esclarecimento e superação da culpa, pois em muitos casos os pais desenvolvem essa sensação.

Na perspectiva do gestor e da escolapesquisada esta acessória de fato não acontece, prejudicando o desenvolvimento dos trabalhos pedagógicos relacionados à inclusão na escola regular.

Os resultados da entrevista aberta com os professores do ensino fundamental ciclo I, na escola Unidade Escolar Maria Paiva abreu, no município de Pinheiro. No que concerne a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais, no ensino regular. No intuito de preservarmos a identidade dos entrevistados, resolvemos identificá-los por meio de siglas denominadas, P1, P2, P3,

P4 e P5. Ao questionarmos os professores sobre o conceito de educação inclusiva, eles responderam o seguinte:

P1- *“É aquela que inclui principalmente as pessoas portadoras de necessidades especiais”.*

P2- *“É incluir os alunos com necessidades educativas especiais em uma sala regular, dando suporte para que eles se desenvolvam tanto intelectualmente quanto socialmente, respeitando suas condições”.*

P3- *“Educação Inclusiva é aquela em que o professor percebe e atende as necessidades especiais educativas dos alunos que possui, em salas de aula comuns”.*

P4- *“Educação inclusiva é um sistema regular de ensino de forma a promover a aprendizagem e o desenvolvimento de todos os alunos, ou seja, é um atendimento especializado, aos alunos (educando) com necessidades especiais”.*

P5- *“É um processo de participação de todos”.*

Inclusão dos alunos, respeitando suas condições, suporte para se desenvolverem intelectualmente e socialmente. Percebe as necessidades especiais educativas dos alunos na sala de aula comum. Participação de todos.

A discussão sobre alunos com necessidades educacionais especiais, tem tomado rumos importantes para a inclusão e refletir como acontece no contexto escolar torna-se necessário um conjunto de interesses entre os professores, a secretaria de educação municipal, do poder público, enfim a implementação de políticas públicas que almejem incluir e cuidar das especificidades educativas dos alunos.

Tratando-se da experiência dos professores (as), no desenvolvimento do trabalho com alunos deficientes eles responderam o seguinte:

P1- *“Sim. A experiência não é favorável porque não tem suporte ou materiais especializados”.*

P2- *“Sim. É bem complicado, porque os professores não têm um suporte e se veem praticamente sozinho sem um norte para se segurar”.*

P3- *“Sim. Foi uma experiência desafiadora e difícil, uma vez que não somos e nem recebemos nenhuma formação para trabalharmos com alunos dessa natureza”.*

P4- “Sim. Está sendo uma experiência única, porém, muito satisfatória e muito gratificante pois nos sentimos felizes em estar contribuindo para o conhecimento desses alunos”.

P5 –“Sim. Regular, porque não há preparação do professor para trabalhar com esses alunos”.

A ausência de material didático, de suporte pedagógico através do Coordenador Pedagógico, que é o responsável imediato pela aprendizagem dos alunos, a ausência de formação específica para conduzir o processo de inclusão. De acordo com as professoras, torna-se um desafio incluir esses alunos, no sentido de contribuir com sua experiência educativa.

Sobre a análise do trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais na escola que os referidos professores trabalham, eles se pronunciaram da seguinte forma:

P1- “Ainda há deficiência porque ainda não há um acompanhamento e são poucas as escolas que existem salas preparadas”.

P2 – “São alunos que requerem muita atenção, paciência, os trabalhos e as atividades devem ser diferenciadas para que eles consigam desenvolver”.

P3 – Ainda precária, pois não há professores formados o suficiente para trabalhar na área e muitas das famílias nem conhece o tipo de deficiência dos seus filhos”.

P4 – “Os alunos sentem dificuldades em aprender, além dos professores que não são bem preparados, pois é um dever do Estado garantir o atendimento educacional especializado aos educandos com necessidades educacionais preferencialmente na rede regular de ensino”.

P5 – “Não é bem favorável”.

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais, para Educação Especial.

A atenção à diversidade está focalizada no direito de acesso à escola e visa à melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem para todos, irrestritamente, bem como as perspectivas de desenvolvimento e socialização. A escola, nessa perspectiva, busca consolidar o respeito às diferenças, conquanto não elogie a desigualdade. As diferenças vistas não como obstáculos para o cumprimento da ação educativa, mas, podendo e devendo ser fatores de enriquecimento (PCNs, 1998, p. 23).

No entanto, no contexto escolar nos deparamos com a ausência de acompanhamento pedagógico, a sala de AE não existe na maioria das escolas, o professor não sabe como gerenciar a aplicação das atividades específicas para cada necessidade educativa. E principalmente a família não encontra-se preparada o suficiente para procurar assistência médica, no intuito de examinar os filhos para identificar por meio de laudo médico o problema, trata-lo e tornar o MEC ciente por meio do senso qual o tipo de necessidade educativa o educando enfrenta.

Os professores pesquisados apresentaram alguns desafios impostos no desenvolvimento da educação inclusiva.

P1 – “A qualificação de professores”.

P2 – “Todos os desafios possíveis, porque não temos nenhuma preparação adequada, não são oferecidas formações para preparar o professor”.

P3 – “O principal desafio é adaptar o planejamento de ensino, os procedimentos, recursos e conteúdos às competências desses alunos”.

P4 – “Os desafios são muito grande pois, requer muita paciência e acima de tudo cuidado e atenção”.

Ao tratarmos da Educação Especial perpassamos por alguns desafios declarados unanimemente pelos professores, que informaram sobre a formação continuada, a dificuldade em adaptar o planejamento às especificidades educativas desses alunos. Na maioria das vezes as atividades utilizadas com os alunos com NEE, são as mesmas aplicadas aos do ensino regular.

Questionamos os entrevistados sobre as formações continuadas ou orientação pedagógica para receber e trabalhar com alunos com NEE. Eles responderam que:

P1 – Não.

P2 – “Não, por isso que procuro várias fontes de informações para estar inteirada com o assunto e tentar fazer um bom trabalho”.

P3 – Nenhuma.

P4 – Não.

P5 – Não.

O conhecimento a medida que a sociedade evolui, surgem novos modos de pensar. A escola é o lugar de referência para os alunos frequentarem para

almejem uma formação consistente no mundo globalizado e vencer os desafios impostos na contemporaneidade.

Entretanto as formações continuadas em serviço auxiliam na preparação desse profissional que interfere diretamente na aprendizagem dos alunos. Uma vez que contribuirá para sua ação/reflexão, e contribui com alternativas que poderão melhorar a qualidade do ensino e organização e sistematização das práticas pedagógicas desenvolvidas.

A formação do professor deve ser um processo contínuo, que perpassa sua prática com os alunos, a partir do trabalho transdisciplinar com uma equipe permanente de apoio. É fundamental considerar e valorizar o saber de todos os profissionais da educação no processo de inclusão. Não se trata apenas de incluir um aluno, mas de repensar os contornos da escola e a que tipo de Educação estes profissionais têm se dedicado. Trata-se de desencadear um processo coletivo que busque compreender os motivos pelos quais muitas crianças e adolescentes também não conseguem encontrar um “lugar” na escola. (BRASIL, 2005a, p.21).

Instigamos os entrevistados sobre as relações existentes entre educação especial inclusiva e a educação comum. Eles se pronunciaram da seguinte forma:

P1 – “A relação é que ambas visam promover o desenvolvimento das potencialidades das pessoas.

P2 – “Não pode haver distinção em ambas as partes, o tratamento deve ser igualmente para todos, mas as atividades devem ser diferenciadas”.

P3 – “A relação é que as escolas comuns devem criar condições estruturais e espaços para que haja uma Educação Inclusiva, fazendo com que dessa forma haja a educação para todos”.

P4 – “A diferença entre os dois conceitos, reside no termo “inclusão”, a educação especial inclusiva deve ser entendida como processo educativo e como um processo social”.

P5 – “É que o comum se torna inclusive na perspectiva de educação inclusiva que nem sempre podem ser atendidos nas escolas”.

Ao responderem que ambas visam o desenvolvimento das potencialidades, evidenciam o que os documentos enfatizam sobre os direitos dos educandos em desenvolver de forma integral suas potencialidades e habilidades físicas, motoras e intelectuais.

A educação inclusiva segundo os professores constitui-se como um processo social, que envolve conhecimento e aceitação das diferenças. A escola comum precisa adequar-se para receber esses alunos em todos os aspectos.

Elas apontam também que a maioria das escolas brasileiras não encontram - se aptas para receber esses alunos e oferecer qualificação profissional.

Os professores justificaram ser um professor (a) inclusivo (a) da seguinte forma:

P1 – “Sim”.

P2 – “Sim. Procuo trabalhar com recursos adequados, busco informações para estar inteirada no assunto, estou sempre em busca de novas informações”.

P3 – “Não. Pois, como já havia dito, não sei até que ponto conseguir fazer com que os alunos com as quais trabalhei conseguissem ter um aprendizado satisfatório, pois no município não há um acompanhamento ou seja orientação pedagógica destina para esse fim”.

P4 – “Sim, pois estou contribuindo para a formação e o futuro desses alunos”.

P5 - “Não, porque não estou preparada e não tem uma qualificação”.

Na atualidade, como aponta os professores ser inclusivo demanda buscar conhecimentos, para saber diferenciar as dificuldades de aprendizagem e aplicar atividades específicas.

Outro aspecto importante, elencado pelas professoras foi a não avaliação dos trabalhos desenvolvidos pela coordenação pedagógica. Haja vista, que a avaliação proporciona uma visibilidade dos problemas sugeridos no percurso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na atualidade considerando os documentos oficiais, as crianças com necessidades especiais têm o direito de serem matriculadas na educação básica, na rede regular de ensino. Passando a conviver com as outras crianças, evitando-se assim que ocorra seu isolamento, que dificultava um maior desenvolvimento de suas habilidades e conhecimentos necessários para a compreensão do mundo a sua volta e seu desempenho no mercado de trabalho.

No entanto, todas essas mudanças requer uma profunda reflexão e modificação na estrutura física, nos métodos, estratégias, planejamento, orientação pedagógica diferenciada aos alunos com NEE.

Essa nova proposta representa para os professores e técnicas da área de educação especial, enfrentarão novos desafios frente a problemática das escolas na adequação e promoção de políticas de acessibilidades.

A família nessa nova perspectiva, receberão auxílio na compreensão das necessidades educativas especiais, tende o esclarecimento necessário ao conhecimento, e aceitação. Esse apoio emocional, para enfrentar frustrações frequentes, sobretudo na escola. A família precisa construir essa parceria e deve servir de apoio constante que ajude a manejar e superar suas crianças.

As discussões em torno da Educação Inclusa, principalmente no que diz respeito à inclusão dos alunos no ensino regular, ainda estão longe de concretizarem da forma a qual foram prescritas nas leis, decretos e planos. A forma com que os gestores articulam esse processo de implementação da escola inclusiva, os alunos encontram-se sendo integrados fisicamente no ensino comum, porém falta serem incluídas no processo real de acompanhamento cuidado e respeito.

Existe no contexto escolar uma experimentação do currículo comum a educação especial, os professores não possuem uma formação adequada para atuar na Educação Especial e principalmente não são disponibilizados recursos que extrapolem o senso comum e atendem as especificidades educativas dos alunos com NEE.

Precisamos repensar a própria função da escola no século XX, muitas críticas têm surgido, no entanto pouco tem sido feito em relação à estrutura da mesma, investimento em formação continuadas, recursos financeiros e materiais

didáticos. No tocante a formação de professores, este se traduz como umas ações primordiais, pois algumas escolas possuem sala de AEE, entretanto, não dispõe de pessoal habilitado para desenvolver esse trabalho.

O Coordenador Pedagógico, entre suas atribuições e especificidades do seu trabalho pedagógico, enfrenta neste século este desafio de subsidiar a inclusão para que aconteça na escola de acordo com o que a lei determina.

O Coordenador Pedagógico precisa debruçar nos estudos, com dedicação, empenho e capacidade para trabalhar em equipe, articulando e fundamentando no diálogo na construção do conhecimento.

Nesse contexto, este trabalho buscou compreender como vem ocorrendo a inclusão escolar dos alunos com necessidades educativas especiais, identificando as principais estratégias dos gestores e professores para que ocorra essa inclusão.

Diante dos resultados obtidos à respeito da temática estudada, evidenciou que os sujeitos não possuem uma formação pedagógica que se faça atender os princípios da educação inclusiva, pois não compreendem as relações existentes entre educação comum e especial. Esses profissionais revelaram que trabalham com alunos com NEE, porém não recebem acompanhamento nas formações continuadas, outros apontam que é uma experiência significativa para suas vidas.

No entanto suas análises refletem a realidade em que as escolas se encontram, sem apoio pedagógico e que a rede municipal não disponibiliza especialistas no assunto para direcionamento das atividades em Educação Especial no contexto escolar.

As escolas possuem apenas um Coordenador Pedagógico para atender até sete ou oito escolas na zona rural e na sede 01 (um) Coordenador pedagógico por escola, com turmas de 35 a 40 alunos com cinco a dez salas de aula.

A Educação Especial apresenta alguns desafios à função do Coordenador Pedagógico, no âmbito do contexto escolar à medida que a rede municipal não disponibiliza as formações continuadas necessárias ao desenvolvimento do trabalho pedagógico dos alunos com NEE.

A ausência de uma avaliação diagnóstica inicial e final desse trabalho não teremos os subsídios necessários para constatar se na prática a inclusão acontece de fato. Pois, falta o acompanhamento por parte do Coordenador Pedagógico com formação específica.

O gestor por sua vez sem os conhecimentos necessários e com a ausência de suporte através da Secretaria de Educação, fica impossibilitado de solucionar ou ao menos amenizar. Pois, a escola em alguns casos possui os materiais disponibilizados pelo MEC, tem a sala para o funcionamento da educação inclusiva e falta profissionais que saibam desenvolver os trabalhos.

Diante do contexto podemos concluir que muito já foi feito em termos de lei, porém na prática do cotidiano escolar precisamos refletir e concluir que temos que lutar para que as leis que existam no papel possam caracterizar-se. Uma das alternativas para alcançarmos tal objetivo será por meio de diálogo com os sujeitos envolvidos, família e toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **Inclusão Social e Mundialização**. In: MANZINI, E. J. **Educação Especial: temas atuais**; Unesp: Marília- Publicações, 2000. Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. 1998.

BRASIL – Ministério da Educação. **A Declaração Universal dos Direitos Humanos**. – Brasília, 1998.

BRASIL, Ministério da Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na educação básica**. Brasília. SEESP, 2001.

BRASIL, Secretaria de Educação e especial. **Expansão e melhoria da educação especial nos municípios brasileiros**- MEC/SEESP. Brasília: SEESP, 1994.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **O processo de integração escolar dos alunos portadores de necessidades educacionais especiais**. no sistema educacional brasileiro /Ministério da educação e do Desporto. Secretaria de Educação Especial- Brasileira, SEESP, 1995. (Série: Diretrizes nº. 11).

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. **Subsídios para organização e funcionamento de serviço de educação especial**: - Brasília, MEC/ SEESP, 1995.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares / Secretaria de Educação Fundamental**. Secretaria de Educação Especial. – Brasília: MEC /SEF/SEESP, 1998.

BUENO, José G. S. **Crianças com necessidades educacionais especiais, políticas educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas?** *Revista Brasileira de Especial*, n. 5, p.7-23, set 1999.

CARDOSO, C. S. **Aspectos Históricos da Educação Especial da exclusão a inclusão uma longa caminhada**. *Educação*, n. 49, p. 137-144, 2003.

CARVALHO, Rosita Edler. **A Nova LDB e a Educação Especial**.- Rio de Janeiro- WVA, 1997.

CAVALCANTE, Meire. **A escola que é de todas as crianças**. *Revista Nova Escola*. São Paulo, nº 182, maio, 2005.

CORDE. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília: CORDE, 1994

DIGIÁCOMO, Murillo José. **Estatuto da Criança e do Adolescente/Anotado e Interpretado**- Curitiba. 6ª ed, 2013.

ELDER, Carvalho Rosita. **A nova LDB e a Educação Especial**. Rio de Janeiro: WYA, 1997.

FERNANDES, M. E. A. Avaliar a escola é preciso. Mas... que avaliação? In: VIEIRA, Sofia Lerche. (Org.). **Gestão da escola: desafios a enfrentar**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

GARCIA, Rosalba Maria Cardoso. Política de educação especial na perspectiva inclusiva e a formação docente no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 52, p. 101-119, 2013.

GIL, G. In.: **Jornal Nacional**. Disponível em <www.globo.com/jornalnacional>. Acesso em 20/out/2005.

INCLUSÃO – **REVISTA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**. Secretaria de Educação Especial, out. 2005: jan/jul. 2010.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** Summus Editorial, 2015.

MAZZOTA, Marcos, José da Silveira. **História e Políticas Públicas, Educação Especial no Brasil**- São Paulo: Cortez, 1996.

Ministério da Educação/Secretaria. **Planejando a Próxima Articulação com os Sistemas de Ensino. Década: conhecendo as 20 metas do Plano Nacional de Educação**. – MEC/SASE, 2014.

Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Documento subsidiário à política de inclusão**. Brasília, MEC/SEE, 2005a.

MOTA, C. O. **Porque a inclusão de alunos com necessidades educativas especiais no ensino fundamental da rede pública?** Rio de Janeiro: Universidade Candido Mendes, 1999.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. Educação Infantil: **fundamentos e métodos**. – 3. Ed. – São Paulo: Cortez, 2007.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS. **Adaptações curriculares**. Brasília: PERRENOUD, Philippe. **Dez novas competências para ensinar**. Artmed editora, 2015.

UNESCO, **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE, 1994.

ANEXOS

APÊNDICE I – CARTA DE PRESENTAÇÃO AO PROFESSOR



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPPG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

CARTA DE APRESENTAÇÃO DO (A) PESQUISADOR (A)

Prezado (a) Senhor (a),

Meu nome é _____ e sou cursista do **Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica**, da Escola de Gestores/UFMA, sob orientação do (a) Professor (a) _____.

Minha pesquisa versa sobre _____, com o título provisório de “_____”.

Nesse sentido, visando ao aprofundamento das pesquisas bibliográficas e documentais realizadas, e objetivando o aprofundamento do estudo da temática em pauta, pedimos sua colaboração enquanto professor (a) (se não for professor, substituir o termo pelo adequado), para participar de nossa pesquisa, compartilhando sua visão e impressões pessoais acerca do nosso objeto de estudo.

Contamos com a sua colaboração, pela qual antecipadamente agradecemos.

Município, ____ de _____ de 2016.

 Prof.^a Dra Maria José dos Santosxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
 Orientador (a) Cursista

APÊNDICE II – TERMO DE CONSENTIMENTO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPPG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE ENTREVISTA

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente documento, eu, _____
 _____, portador(a) da cédula de identidade N° _____,
 professor(a) da rede estadual (ou municipal) de educação do Estado (ou município
 _____, declaro ceder ao(à) pesquisador(a)
 _____, estudante do Curso de Pós-graduação
 em Coordenação Pedagógica, da Escola de Gestores, vinculado à Universidade Federal do
 Maranhão - UFMA, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento que prestei à
 mesma.

O(A) referido(a) pesquisador(a) fica constantemente autorizado(a) a utilizar, divulgar
 e publicar, para fins de sua Monografia, como em qualquer publicação que esteja ligada à
 sua atividade de pesquisa, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, editado ou não,
 sendo preservada a minha identidade e sigilo, o qual será resguardado mediante a utilização
 de codinome (pseudônimo).

E, por estar de acordo, assino o presente termo.

Município, _____ de _____ de 2016.

Assinatura do Entrevistado

APÊNDICE III – QUESTIONÁRIO PARA GESTOR



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPPG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA ABERTA COM O (A) GESTOR (A)

1. Qual a sua concepção sobre inclusão escolar?
2. Que relação existe entre a educação especial inclusiva e a educação comum?
3. A Secretaria Municipal de Educação tem desenvolvido trabalhos na área da inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais? Você pode falar sobre alguma dessas ações?
4. Na escola que você trabalha, existem iniciativas no sentido da inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais? Que avaliação você faz do trabalho realizado na escola?
5. Quais são os maiores desafios para a efetivação de uma educação realmente inclusiva no município em que você trabalha e na sua escola?

APÊNDICE V – QUESTIONÁRIO PARA O PROFESSOR



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PPPG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ROTEIRO PARA ENTREVISTA ABERTA COM O (A) PROFESSOR(A)

1. Conceitue educação inclusiva?
2. Você trabalha ou já trabalhou com alunos deficientes? Fale sobre essa experiência.
3. Como você analisa o trabalho com alunos com necessidades educacionais especiais na escola em que você trabalha, ou na rede municipal de ensino?
4. Quais os desafios que esse tipo de educação impõe?
5. Você recebeu ou recebe alguma formação ou orientação pedagógica para receber e trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais?
6. Que relação existe entre a educação especial inclusiva e a educação comum?
7. Você se considera um professor (a) inclusivo? Justifique.